

Boletim



Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 12 – 31 de maio de 2005



Vejam neste Número

Requerimento pela Instalação da Comissão da Auditoria da Dívida é entregue ao Congresso Nacional

Vejam como foi a entrega, e os próximos passos para a instalação da auditoria oficial (pág 5)

Fim do Acordo com o FMI: fim das imposições?

O Governo festeja o fim do Acordo com o FMI. Mas há o que comemorar? (pág 8)

Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Responsável técnico pelo Boletim

Rodrigo Vieira de Ávila

Contato: (61) 218-5276

auditoriacidada@unafisco.org.br

www.divida-auditoriacidada.org.br

Campanha Jubileu Sul

Contato: (11) 5572-1518

jubileubrasil@terra.com.br

Números da dívida: resumo de 2004, e Janeiro a Abril de 2005

Vejam quanto o país pagou de juros, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais. (pág 2)

Argentina: A Redução Unilateral de uma Dívida Ilegítima

Dia 25 de fevereiro de 2005, o mundo teve a constatação cabal de que é possível aos governos impor suas condições aos credores da dívida externa. (pág 6)

Somos credores, não devedores

Caso os credores internacionais não tivessem aumentado unilateralmente as taxas de juros no final da década de 70, teríamos pago a dívida em 1989, e ainda teríamos a receber mais de US\$ 161 bilhões (pág 9)

Os cortes no orçamento de 2005 e a LDO 2006

Vejam as novas medidas do governo para arrochar os gastos sociais, enquanto os gastos com a dívida são completamente liberados (pág 11)

Números da dívida: resumo de 2004, e Janeiro a Abril de 2005

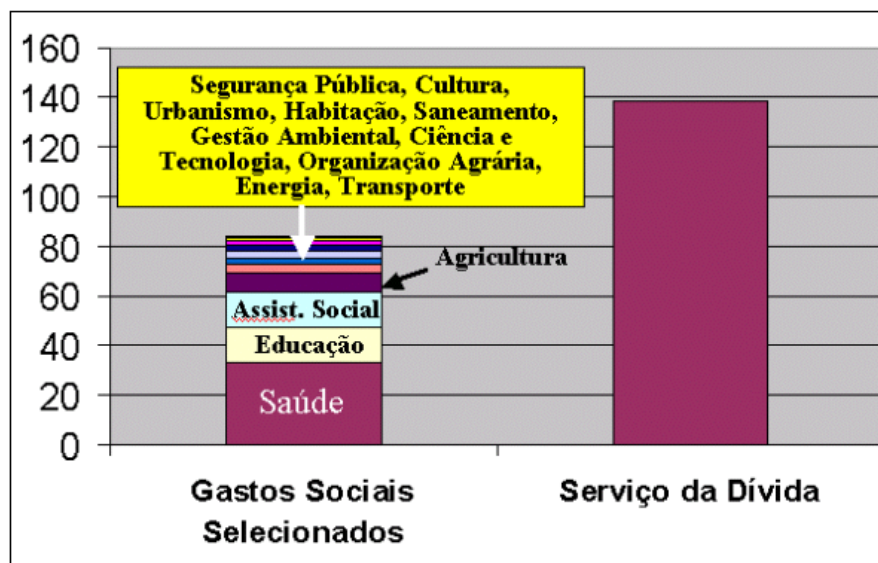
1 – Resumo de 2004

No ano de 2004, o governo federal destinou ao pagamento do serviço da dívida interna e externa (que inclui juros e principal da dívida) R\$ 139 bilhões, enquanto apenas R\$ 84 bilhões foram destinados a todos os gastos sociais listados no gráfico abaixo. O superávit primário das esferas federal, estadual e municipal atingiu o recorde histórico de 4,61% do PIB, superior à meta de superávit de 4,5% do PIB que, por sua vez, já era mais alta do que a requerida pelo FMI (3,75%). Porém, nem mesmo este superávit

recorde foi suficiente para pagar as despesas com juros, que atingiram 7,29% do PIB. Apesar dos volumosos pagamentos, as altas taxas de juros fizeram a Dívida Mobiliária Federal Interna aumentar de R\$ 787 bilhões em dezembro de 2003 para R\$ 857 bilhões em dezembro de 2004.

No plano externo, nossas contas com o exterior continuam vulneráveis, visto que os dólares que conseguimos com a tão comemorada balança de comércio não são suficientes para cobrir os compromissos com a dívida externa e demais

GOVERNO FEDERAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Realizado em 2004 – R\$ bilhões

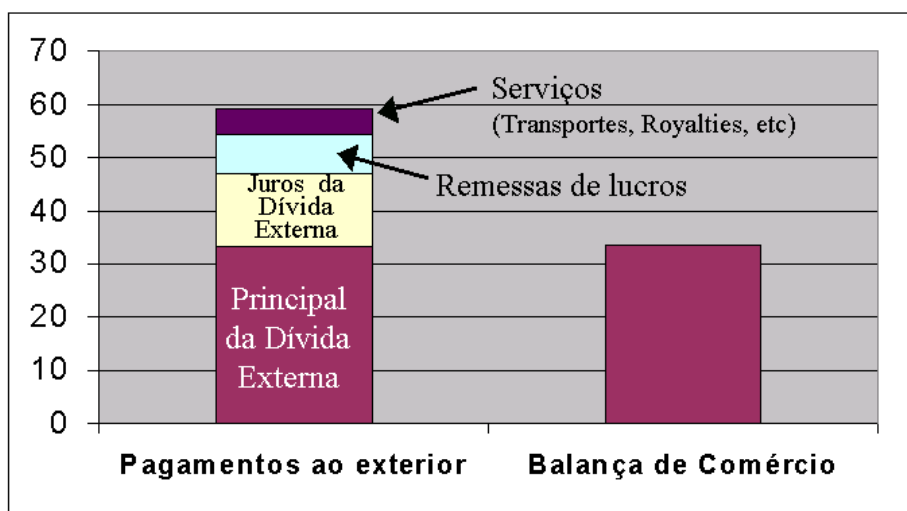


Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal – www.stn.fazenda.gov.br

despesas (remessas de lucros das multinacionais, serviços como transportes, royalties, etc), nos deixando dependentes da entrada de capital estrangeiro no país, conforme o gráfico abaixo.

Dívida Externa: a sangria continua: Quando comparamos os pagamentos da dívida externa no ano passado com os empréstimos recebidos, vemos o tamanho da sangria de nossas riquezas. Pagamos US\$ 46,6 bilhões de juros e amortizações, enquanto recebemos apenas US\$ 16 bilhões em empréstimos. Ou seja: a dívida externa provocou uma sangria de US\$ 30 bilhões ano passado, contrariando a tese neoliberal de que o terceiro mundo é, por natureza, carente de capital, necessitando da dívida externa para se desenvolver. Apesar da sangria de US\$ 30 bilhões, a dívida externa caiu apenas US\$ 12 bilhões ano passado, de US\$ 234 para US\$ 222 bilhões.

Balanço de Pagamentos - 2004 (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central

2 – Janeiro a Abril de 2005

Pagamento de Juros da Dívida Interna e Externa

De janeiro a abril de 2005, os juros acumulados pelas esferas federal, estadual e municipal foram de R\$ 51,2 bilhões. Esse valor representou mais que toda a “economia” feita pelas 3 esferas de governo no período para o pagamento da dívida (R\$ 44 bilhões, o chamado “Superávit Primário”). Apesar do enorme sacrifício imposto à Nação para se produzir o superávit primário, houve ainda um déficit de R\$ 7,2 bilhões nas contas públicas, visto que os juros não puderam ser pagos em sua totalidade. Cabe ressaltar que, em abril, o Governo Federal bateu o recorde histórico de superávit primário: R\$ 14,3 bilhões, valor equivalente a tudo que foi gasto pelo governo federal em educação durante todo o ano passado.

Quando analisamos os gastos com a dívida como percentagem do PIB (Produto Interno Bruto, que significa a soma de todas as riquezas produzidas pelo país), vemos que, de janeiro a abril de 2005, 8,44% de tudo o que se produziu no Brasil foi destinado ao pagamento de juros. Apesar da economia feita pelo governo - o chamado “Superávit Primário” - de 7,26% do PIB, houve ainda um déficit de 1,18% do PIB nas contas públicas. Interessante observarmos que a meta de superávit para as 3 esferas de governo é de 4,25% do PIB, mas o superávit realizado foi de 7,26%!

Se compararmos o gasto com juros na esfera federal nos primeiros 4 meses de 2005 (R\$ 36,9 bilhões) com a arrecadação total de tributos federais no mesmo período (R\$ 117 bilhões), veremos que 32% de tudo que arrecadamos está sendo destinado à dívida.

A Dívida Mobiliária Federal Interna também aumentou durante este período, passando de R\$ 857 bilhões em dezembro de 2004 para R\$ 919 bilhões em abril de 2005, devido às altas taxas de juros.

Contas Externas

As nossas contas externas continuam apresentando resultados preocupantes, apesar dos superávits comerciais tão comemorados pela mídia e pelo governo. De janeiro a abril de 2005, o país enviou para o exterior US\$ 4,6 bilhões de juros da dívida externa, US\$ 3,7 bilhões de lucros das multinacionais, US\$ 1,7 bilhão de serviços contratados no exterior, enquanto as amortizações da dívida externa atingiram US\$ 7,3 bilhões. Todas essas remessas somaram US\$ 17,3 bilhões, mais que o tão comemorado saldo da balança comercial, de US\$ 12,2 bilhões. Ou seja, todo o nosso esforço exportador – baseado no *agribusiness*, destruidor de empregos e do meio-ambiente - não é suficiente para pagarmos nossas despesas com o exterior. Portanto, a persistir essa política, continuamos dependentes da entrada de capitais estrangeiros, o que torna o país vulnerável ao humor do mercado financeiro internacional e seus mecanismos, como o “risco-país” por exemplo.

Destinação dos Gastos Federais

Nos 4 primeiros meses de 2005, o Governo Federal destinou nada menos que R\$ 40 bilhões ao pagamento das dívidas externa e interna, enquanto apenas destinou R\$ 21,6 bilhões a todas as áreas sociais listadas na tabela a seguir.

Verifica-se que nos setores de cultura, urbanismo, saneamento, habitação, gestão ambiental e energia o governo ainda não aplicou quantias significativas em 2005. A Reforma Agrária recebeu apenas 8,42% do programado para o ano, enquanto o setor de transportes contou com apenas 2,48%.

Governo Federal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – janeiro a abril de 2005

Itens Selecionados	Programado para o ano (R\$ mil)	Realizado até abril (R\$ mil)	% Realizado
Segurança Pública	3.422.027	589.811	17,24
Assistência Social	15.952.746	4.627.123	29,01
Saúde	36.684.559	9.688.273	26,41
Educação	17.309.502	3.293.760	19,03
Cultura	610.668	56.996	9,33
Urbanismo	2.728.244	124.859	4,58
Habitação	721.556	3.721	0,52
Saneamento	196.657	239	0,12
Gestão Ambiental	2.483.578	181.335	7,30
Ciência e Tecnologia	3.817.355	478.243	12,53
Agricultura	11.736.214	1.907.729	16,26
Organização Agrária	4.024.094	338.741	8,42
Energia	750.972	58.825	7,83
Transporte	8.433.070	208.951	2,48
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	108.871.242	21.558.606	19,80

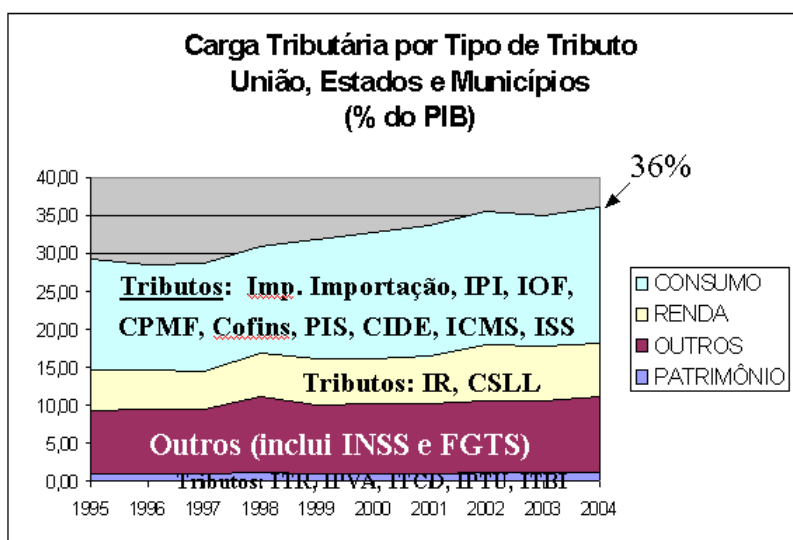
SERVIÇO DA DÍVIDA (*)	177.058.438	39.984.777	22,58
Serviço da Dívida Interna	139.667.386	32.320.705	23,14
Serviço da Dívida Externa	37.391.052	7.664.072	20,50

Fonte: Banco Central e Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal www.stn.fazenda.gov.br.

(*) Juros e amortizações, exceto o refinanciamento. O serviço da dívida externa refere-se à dívida externa pública.

Recordes de Arrecadação: para quê?

Nunca se arrecadou tanto no Brasil. Não por coincidência, em 2004, o país quebrou dois recordes: o de arrecadação e o de superávit primário. Estes recordes têm uma explicação: nos últimos anos, o país tem assistido a um aumento da carga tributária para possibilitar o atendimento dos compromissos com a dívida. De 1995 a 2004, a carga subiu de 29% para 36% do PIB, sendo que a maior parte deste aumento serviu para se fazer o superávit primário, que atingiu 4,61% do PIB em 2004. Outro problema foi que, conforme demonstra o gráfico ao lado, a maior parte deste aumento da carga tributária se deveu a tributos incidentes sobre o consumo (isto é, sobre o faturamento ou valor agregado das empresas), repassados automaticamente ao preço dos produtos, e pagos, em última instância, pelos consumidores.



Fonte: Secretaria da Receita Federal, Banco Central, Confaz.

Elaboração: Assessoria Econômica do Unafisco Sindical

Obs: A carga tributária municipal de 2004 foi estimada, mantendo-se a carga de 2003.

Ou seja: vemos que a dívida, além de prejudicar a população pelo lado do gasto público, também o faz pelo lado da arrecadação, onerando principalmente os mais pobres, que destinam quase toda a sua renda ao consumo, diferentemente dos mais ricos, que podem poupar uma parte de seus ganhos e assim fugir da tributação.

Requerimento pela Instalação da Comissão da Auditoria da Dívida é entregue ao Congresso Nacional

Vejam como foi a entrega, e os próximos passos para a instalação da auditoria oficial

Dia 6 de abril de 2005 ocorreu a entrega, à Presidência da Câmara dos Deputados, do requerimento para a Instalação de Comissão Parlamentar Mista para realizar auditoria das dívidas interna e externa, proposta pela Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida, presidida pela deputada Dra. Clair (PT/PR). O

Estiveram presentes na Audiência os Deputados Dra. Clair (PT/PR), Ivan Valente (PT/SP), Paulo Rubem Santiago (PT/PE), Babá (P-SOL/PA), Luciana Genro (P-SOL/RS) e Chico Alencar (PT/RJ). Representando a Campanha Jubileu Sul, falaram Marcos Arruda (PACS) e Pe. Gabrielle (CONIC e CNBB).



Integrantes da Campanha Jubileu Sul e os Deputados Ivan Valente (PT/SP), Luciana Genro (P-SOL/RS), Babá (P-SOL/PA), Paulo Rubem Santiago (PT/PE) e Dra. Clair (PT/PR), antes da entrega do requerimento ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti

Estiveram presentes também as entidades: Unafisco (Maria Lucia Fattorelli), CNBB (Pe. Ernani Pinheiro), 4ª Semana Social Brasileira (Cristiane Santos), Cáritas (Sérgio Almeida), MST (Francisco e Evelaine), CIMI (Paulo Maldos), Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sandra de Souza Leal), Conselho Regional de Economia do DF (Mônica Beraldo e Roberto Piscitelli), Conselho Federal de Economia (Sidney Pascoutto e Nei Cardim), Fórum Brasil do Orçamento (Gilda Cabral e Rudá Ricci), ANFIP (Rodrigo Possas), Rede Brasil (Marcos Faro), ANDES Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Rubens Sawaya), FASUBRA

(Luiz Carlos e Cristina), Rede Jubileu Sul (Rodrigo Ávila) e Associação dos Jornais do Interior do Brasil.

requerimento foi recebido pelo Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que acolheu a proposta, afirmando que "No que depender desta presidência, a Comissão será instalada".

Com assinaturas de 30 senadores e 195 deputados, o requerimento foi também entregue ao Senado dia 18 de maio, visto que a Comissão será Mista (com participantes da Câmara e do Senado). Como mais de 1/3 dos deputados e senadores assinaram o requerimento, basta que ele seja lido em Plenário para que a Comissão seja oficialmente instalada. O próximo passo é garantir que a Comissão possa contar com integrantes que garantam um rumo certo a ela, apurando efetivamente todas as irregularidades do processo de endividamento externo.



Deputados entregam o Requerimento ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti Foto: Agência Câmara

Argentina: A redução unilateral de uma Dívida Ilegítima

Dia 25 de fevereiro de 2005, o mundo teve a constatação cabal de que é possível aos governos impor suas condições aos credores da dívida externa. Naquela data, o governo argentino concluiu o processo de “renegociação” da parcela da dívida externa que estava em moratória desde 2001, sobre a qual exigiu um desconto de até 75% no valor da dívida, desconto este aceito por 76% dos credores. Isto reduziu a dívida em moratória em nada menos que US\$ 67 bilhões: caiu de US\$ 102,5 bilhões para US\$ 35 bilhões. A dívida total da Argentina, que era de US\$ 191 bilhões no final de 2004 (113% do PIB), passou para US\$ 125 bilhões (72% do PIB), a maior redução de dívida da história do capitalismo. Após décadas de pensamento único, segundo o qual os desejos dos credores são sagrados, a Argentina provou que, ao contrário do que prega a grande mídia, as consequências da decisão de não pagar 75% de sua dívida não são nefastas. Ao invés de represálias dos credores, a estes somente restou clamar ao governo argentino que negociasse.

A cobertura da grande mídia, como sempre, defendeu o pagamento integral da dívida, utilizando um argumento muito aceito pelo senso comum: “se há uma dívida, ela deve ser paga”. Porém, a frase correta seria: “Se há uma dívida legítima, ela deve ser paga”. Esta palavra chave, a legitimidade, sempre foi esquecida pelos telejornais de plantão. Esquecem-se que já existe uma sentença de um Tribunal de Buenos Aires condenando a Dívida Externa argentina, devido às ilegalidades em sua contratação, na época do regime ditatorial. Este Tribunal julgou o processo denominado “Alejandro Olmos”, no qual foi feita uma verdadeira auditoria da dívida argentina, que revelou uma série de irregularidades.

Apesar da moratória argentina (que desembocou na redução unilateral da dívida externa) não ter sido motivada por essas irregularidades - mas simplesmente porque o governo não tinha mais como pagá-la - esse é um momento importante para lembrarmos todas as ilegalidades do processo de endividamento de nosso país vizinho. Para citar alguns exemplos, poderíamos mencionar que dívidas externas privadas, do Citybank, First National Bank of Boston, Deutsche Bank, Chase Manhattan Bank

e Bank of America foram assumidas pelo governo argentino. Ou que dívidas de filiais de multinacionais com suas matrizes também foram assumidas pelo governo, que não tinha controle nenhum sobre a contabilidade dessas dívidas privadas, ou seja: dívidas podem ter sido criadas por meros artifícios contábeis das multinacionais. O Processo Olmos também documentou que a ditadura argentina obrigou as estatais a contraírem dívidas externas para financiar fugas de capitais, ou seja, permitir que a riqueza do país fugisse para outros países, sob a forma de dólares. Como este processo se dava? Os dólares dos empréstimos nem chegavam às estatais: iam direto para o Banco Central argentino, para serem reenviados ao exterior. Entre 1978 e 1981, mais de US\$ 38 bilhões fugiram do país de modo excessivo ou injustificado.

Poderíamos citar também que a ditadura argentina endividou o país para financiar a abertura econômica e as importações, processo semelhante ao do Plano Real. No regime militar argentino, as importações também envolveram a compra de armamentos, utilizados na própria repressão ao povo. Outro fato importante, revelado pelo julgamento Olmos, foi que a ditadura argentina contraía fabulosas somas de empréstimos, depositando os recursos nos próprios bancos credores! Logicamente, a remuneração desses depósitos rendiam juros muito inferiores aos que incidiam sobre os empréstimos. Somente em 1979, a dívida externa argentina subiu de US\$ 12 para US\$ 19 bilhões, principalmente devido a estas operações. Caberia-nos fazer a seguinte pergunta: você pediria um empréstimo no banco para aplicar na poupança? Pois é. O regime militar argentino fez isso.

Poderíamos também lembrar o apoio do Fundo Monetário Internacional à ditadura argentina e sua política de endividamento. Ou que um de seus altos funcionários, Dante Simone, simplesmente trabalhava para o governo argentino, o que indica a relação de promiscuidade entre o governo argentino e as Organizações Financeiras Multilaterais. O FED – Banco Central Americano – também avalizou empréstimos de bancos privados americanos à

ditadura argentina, atuando como intermediário de várias operações. Em suma: os credores são, no mínimo, co-responsáveis pela situação insustentável à qual chegou a Argentina no final de 2001, quando, diante de uma dívida impagável, teve de decretar moratória.

Estes fatos, descobertos pela auditoria da dívida argentina, comprovados no Processo Olmos, violam princípios do Direito Internacional, que reza que a dívida contratada durante ditadura - sem a consulta ao povo, e para reprimir o povo - se caracterizam como Dívida Odiosa, não devendo ser paga. O Direito Internacional também defende o princípio do Estado de Necessidade, segundo o qual não se pode pagar a dívida com o sacrifício do povo. Também poderíamos lembrar da quadruplicação unilateral e ilegal das taxas de juros internacionais pelos EUA, na virada da década de 70/80, que fez explodir as dívidas dos países do Terceiro Mundo, inclusive da Argentina. A cláusula “rebus-sic-stantibus”, presente no Direito Internacional, significa “o mesmo estado de coisas”, e prevê que a alteração significativa das condições de um contrato – como a verificada naquele momento – permitiria a revisão do mesmo.

Porém, ninguém lembra destes fatos quando a intenção é tentar salvar o modelo neoliberal, arranhado no episódio da redução unilateral da dívida argentina. Ao contrário, o que mais se propalou na grande mídia foi que os grandes afetados pela decisão do governo argentino seriam 450 mil italianos, a maioria aposentados, que teriam depositado suas economias em títulos da dívida argentina. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que os italianos respondem por apenas 15,6% da dívida em moratória, a qual sofreu redução. Em segundo lugar, este é um exemplo de como a privatização da previdência pode ser prejudicial a um país: na verdade, não foram os aposentados que emprestaram o dinheiro à Argentina, mas os bancos italianos que aplicaram os investimentos de seus clientes em títulos da dívida argentina. Desrespeitando recomendação da Comissão de Valores Mobiliários da Itália, os bancos italianos colocaram nas mãos dos aposentados os títulos da dívida, a despeito do risco inerente a estes papéis. É alarmante constatarmos que isso já vem ocorrendo no Brasil, através das reformas

da Previdência, nas quais o governo estimula a formação de Fundos de Pensão, que aplicam seus recursos principalmente em bancos de investimento, que por sua vez gerenciam fundos de renda fixa. E quando os bancos perceberem que o país não poderá mais pagar sua dívida? Passarão o mico para os aposentados?

Várias outras lições podemos aprender do episódio da redução unilateral da dívida argentina, já que este pode ser considerado um marco histórico no processo de endividamento externo dos países do Terceiro Mundo. Contrariamente ao argumento neoliberal – repetido pela grande mídia - de que a moratória seria uma medida ruim, e que comprometeria a economia, atualmente a Argentina cresce a taxas bem superiores às brasileiras, tendo apresentado crescimento econômico anual de cerca de 9% em 2003 e 2004, e irá crescer mais 6% em 2005 (segundo o FMI), mais que compensando a crise de 2002, quando o país descreceu 11%, devido à crise da dívida.

Outra medida recente adotada pelo governo argentino - que também vai contra a teoria neoliberal - foi o estímulo ao boicote da população aos postos da Shell e Esso, que haviam aumentado os preços dos combustíveis. Isto reduziu pela metade as vendas da Shell, e também reduziu significativamente as vendas da Esso, provando que é possível impedir a alta dos preços administrados. No Brasil, são eles os maiores causadores da inflação, levando o governo a continuar implementando a equivocada política de altíssimas taxas de juros, o que faz explodir nossa dívida.

Como falado antes, a moratória argentina não foi um ato completamente soberano de nosso país vizinho, visto que não foi motivado propriamente pelas ilegalidades do endividamento, nem mesmo pela situação de miséria e pobreza decorrente da dívida, mas pela absoluta impossibilidade de pagamento, assim como ocorreu no Brasil, em 1987. A despeito disso, o episódio mostrou que é possível enfrentar os credores (FMI, Banco Mundial, BID, credores privados), inclusive dividindo-os, através de uma proposta de renegociação que consideraria os escorchantes juros pagos ao longo de anos como quitação de parte da própria dívida.

Fim do Acordo com o FMI: fim das imposições?

O Governo festeja o fim do Acordo com o FMI. Mas há o que comemorar?

No dia 28 de março de 2005, o governo brasileiro decidiu não renovar o acordo com o FMI, que já durava quase sete anos. Logo após o anúncio, o presidente Lula declarou à imprensa que *“Ninguém precisa dizer para nós que precisamos ser responsáveis com os gastos públicos”*.

Como todos sabem, além do custo financeiro dos empréstimos obtidos junto ao FMI, há também o ônus político decorrente dos compromissos assumidos nas Cartas de Intenções que acompanham esses empréstimos, os quais são adotados como se fossem política do próprio governo. Prova disso foram as declarações de membros do governo de que o superávit primário, a reforma da Previdência e outras medidas, a despeito de constarem das Cartas de Intenções do governo brasileiro ao FMI, eram atos soberanos, realizados simplesmente por serem “bons para o país”. O governo ainda fez mais: aumentou as metas estabelecidas pelo FMI para o superávit primário de 3,75% para 4,25% e, posteriormente, para 4,5% em 2004.

O governo implementou todas as reformas impostas pelo Fundo: a reforma Tributária (não a que defendemos, que traria justiça fiscal e distribuição de renda, mas cuidou-se apenas de preservar a DRU e a CPMF, para garantir o pagamento da dívida), a da Previdência (que retirou direitos dos servidores públicos e privilegiou o setor financeiro privado), a nova Lei de Falências (que privilegiou os bancos em detrimento dos trabalhadores e dos créditos tributários), as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e agora planeja aprovar a independência do Banco Central. A política de juros altos, sempre defendida pelo FMI, nunca foi tão radical, tendo como suposto objetivo “controlar a inflação”, quando todos sabemos que o que de fato ameaça a inflação são os preços administrados, que sobem muito mais que a média geral dos preços.

Cabe à sociedade refletir o que é ser um governo responsável. Deixar subir a taxa de juros a ponto de engessar a economia e gerar tanto desemprego é ser responsável? Contingenciar recursos destinados a todas as áreas sociais – saúde, educação, assistência, etc - e investimentos essenciais, como os cortes de 15,9 bilhões de reais ocorrido em fevereiro de 2005 é ser responsável? Ou será que ser responsável é apenas pagar a qualquer custo os juros dessa questionável dívida pública, cuja auditoria está

prevista na Constituição Federal de 1988 e até hoje não foi realizada?

A frase de Lula, de que *“Ninguém precisa dizer para nós que precisamos ser responsáveis com os gastos públicos”* indica que continuará sendo aplicado o receituário do Fundo, de considerar responsável o governo que cumpre os compromissos com os banqueiros.

Pelo visto, a política econômica do país, a partir do anúncio do fim do acordo, continuará exatamente a mesma, ao contrário do que fez a Coréia, por exemplo, que se libertou do FMI em 1999 para aplicar políticas diferentes das impostas pelo Fundo. Todas as ações do governo brasileiro revelam sua submissão ao mercado financeiro, que além de contar com o FMI para defendê-lo, possui muitas outras armas, como o mecanismo do “risco-país”, utilizado para chantagear os países que tentem qualquer reação contrária ao receituário neoliberal. Essa chantagem ocorre diariamente e embora venha de agências e instituições cuja legitimidade vem sendo questionada internacionalmente, seu alcance é às vezes, mais danoso que interferências impostas pelo FMI. A essa chantagem submetem-se apenas os governantes que colocam os interesses do mercado financeiro acima dos interesses de seu próprio povo e que não querem correr o risco de alterar esse estado de coisas e vir a perder o financiamento internacional que vem garantindo o pagamento de dívidas anteriores, altamente questionáveis.

Quando “rompeu” com o FMI, Lula afirmou também que *“o governo conquistou, com o sacrifício do povo brasileiro, o direito de andar com as próprias pernas”*. A declaração lembra o grito do Ipiranga, quando Dom Pedro I disse que estávamos independentes, embora até hoje estejamos economicamente subjugados aos ditames do mercado financeiro internacional. Mais uma vez, sem nenhuma manifestação popular, sem conflito algum com o imperialismo, ouvimos outra declaração de independência, que na realidade só será conquistada quando nos comportarmos, de fato, como nação soberana, que decide seus rumos de acordo com os interesses de seu povo e não dos interesses financeiros nacionais e internacionais.

Somos Credores, não Devedores

Caso os credores internacionais não tivessem aumentado unilateralmente as taxas de juros no final da década de 70, teríamos pago a dívida em 1989, e ainda teríamos a receber mais de US\$ 161 bilhões

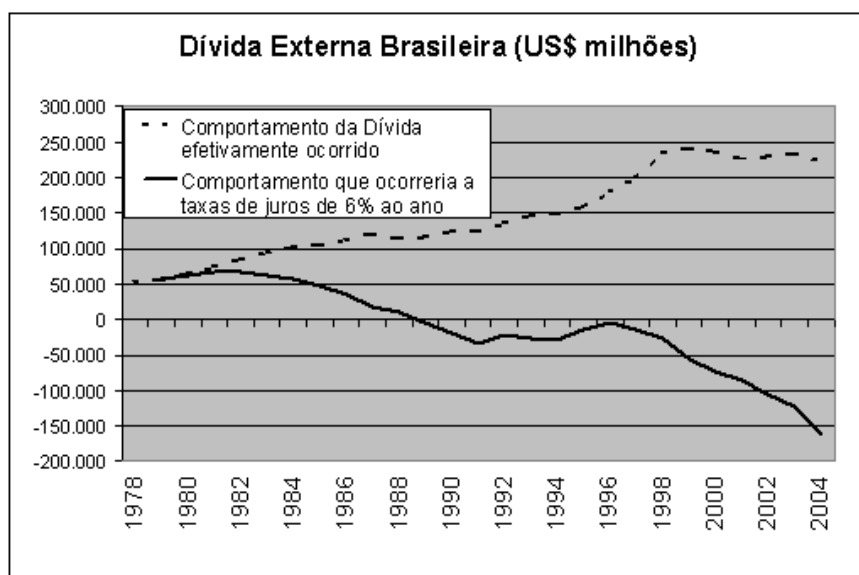
No Boletim Auditoria Cidadã nº 6, de 17 de abril de 2003, denunciávamos que a alta unilateral das taxas de juros pelos EUA na virada da década de 70/80 provocou uma verdadeira sangria em nossas riquezas, e determinou grande parte da dívida externa que temos hoje. Outro fator de explosão dessa dívida foi o Plano Real, que nos levou a tomar vultosos empréstimos para financiarmos a enxurrada de importações, durante a segunda metade da década de 90.

No Boletim n.6, fizemos uma análise da evolução da dívida externa no período de 1978 a 2002, mostrando a trajetória efetiva do montante dessa dívida, em comparação à trajetória que esta teria tomado, caso os credores não tivessem aumentado as taxas de juros. Constatamos que, caso os credores tivessem mantido as taxas de juros em 6% ao ano, os pagamentos que fizemos ao exterior teriam sido suficientes para quitar a dívida em 1989. A partir de então, nos tornamos credores, e o que pagamos a mais até 2002 nos daria direito a um crédito de mais de US\$ 100 bilhões. No presente boletim, faremos uma atualização desta análise, até o ano de 2004.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a dívida não é um mecanismo de se injetar dinheiro no 3º Mundo, mas de sugá-lo. No período de 1978 a 2004, enviamos ao exterior

US\$ 771 bilhões de juros e principal da dívida, enquanto recebemos de empréstimos US\$ 571 bilhões. Ou seja: pagamos US\$ 200 bilhões a mais do que recebemos e, mesmo assim, a dívida se multiplicou por quase cinco, subindo de US\$ 52,8 bilhões em 1978 para US\$ 222 bilhões em 2004.

Em segundo lugar, se os juros devidos tivessem sido mantidos em 6% ao ano – e não elevados unilateralmente pelos credores - o que pagamos nestes 27 anos nos permitiria não apenas quitar toda a dívida, como também constituir um crédito frente a nossos “credores” de nada menos que US\$ 161 bilhões, como mostra o gráfico abaixo e a tabela da página seguinte. A tabela descreve como a dívida evoluiu, o que pagamos de amortizações, juros, o que recebemos de empréstimos, e como a dívida teria evoluído caso as taxas de juros tivessem se mantido em 6%. Na simulação, o valor pago a mais de juros (além de 6% ao ano) pelo Brasil foi considerado como parte do pagamento do valor principal da dívida, e, a partir de 1990, tanto os valores correspondentes à dívida como os de juros devidos se tornam negativos, pois nos tornamos credores.



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida, com base em dados do Banco Central

Dívida Externa Brasileira, 1978 – 2004, Efetiva e Projetada

Ano	Dívida Efetivamente Ocorrida					Dívida que ocorreria à taxa de juros de 6% ao ano.				
	Empréstimos (A)	Amortizações (B)	Juros Pagos (C)	Dívida no final do ano (D)	Transferência líquida para os credores (A-B-C)	Dívida no início do ano (E)	Empréstimos recebidos menos amortizações pagas (F=A-B)	Juros devidos (6%) (G=E x 0,06)	Juros efetivamente pagos (C)	Dívida no final do ano (E+F+G-C)
1978	15.389	-5.324	-2.696	52.800	7.369					
1979	11.991	-6.385	-4.186	55.803	1.421	52.800	5.606	3.168	-4.186	57.389
1980	13.315	-5.010	-6.311	64.245	1.994	57.389	8.305	3.443	-6.311	62.826
1981	16.782	-6.242	-9.161	73.963	1.380	62.826	10.541	3.770	-9.161	67.975
1982	12.451	-6.952	-11.353	85.304	-5.854	67.975	5.499	4.078	-11.353	66.199
1983	7.778	-6.863	-9.555	93.556	-8.641	66.199	915	3.972	-9.555	61.531
1984	8.768	-6.468	-10.203	102.040	-7.903	61.531	2.300	3.692	-10.203	57.320
1985	5.673	-8.491	-9.659	105.171	-12.477	57.320	-2.818	3.439	-9.659	48.282
1986	4.233	-11.547	-9.327	111.203	-16.641	48.282	-7.314	2.897	-9.327	34.538
1987	4.723	-13.820	-8.792	121.188	-17.889	34.538	-9.097	2.072	-8.792	18.721
1988	14.857	-15.226	-9.832	113.511	-10.201	18.721	-369	1.123	-9.832	9.644
1989	29.632	-33.985	-9.633	115.506	-13.986	9.644	-4.353	579	-9.633	-3.763
1990	3.127	-8.665	-9.748	123.439	-15.286	-3.763	-5.538	-226	-9.748	-19.275
1991	2.990	-7.830	-8.621	123.910	-13.461	-19.275	-4.840	-1.157	-8.621	-33.893
1992	30.835	-8.572	-7.253	135.949	15.010	-33.893	22.263	-2.034	-7.253	-20.916
1993	14.039	-9.978	-8.280	145.726	-4.219	-20.916	4.061	-1.255	-8.280	-26.390
1994	55.741	-50.411	-6.337	148.295	-1.007	-26.390	5.330	-1.583	-6.337	-28.981
1995	36.404	-11.023	-8.158	159.256	17.223	-28.981	25.381	-1.739	-8.158	-13.497
1996	32.597	-14.419	-9.173	179.935	9.005	-13.497	18.177	-810	-9.173	-5.302
1997	29.555	-28.714	-10.388	199.998	-9.548	-5.302	841	-318	-10.388	-15.168
1998	33.213	-31.381	-11.947	234.694	-10.114	-15.168	1.833	-910	-11.947	-26.192
1999	35.437	-48.627	-15.237	241.200	-28.426	-26.192	-13.189	-1.572	-15.237	-56.190
2000	36.109	-34.690	-14.649	236.157	-13.230	-56.190	1.419	-3.371	-14.649	-72.791
2001	41.265	-35.151	-14.877	226.067	-8.763	-72.791	6.114	-4.367	-14.877	-85.922
2002	30.188	-30.449	-13.130	229.228	-13.391	-85.922	-261	-5.155	-13.130	-104.468
2003	27.770	-27.180	-13.020	234.414	-12.430	-104.472	590	-6.268	-13.020	-123.170
2004	16.063	-33.261	-13.364	222.184	-30.562	-123.170	-17.198	-7.390	-13.364	-161.122
Total	570.925	-506.664	-264.890		-200.627					

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida, com base em dados do Banco Central

Os cortes no orçamento de 2005 e a LDO 2006

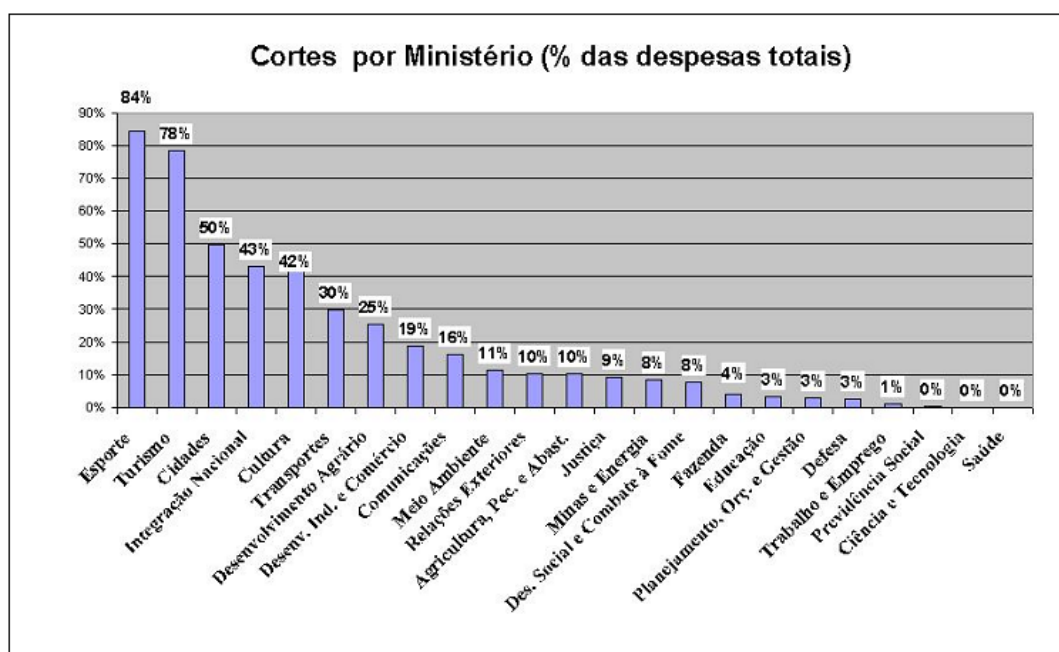
Vejam as novas medidas do governo para arrochar os gastos sociais, enquanto os gastos com a dívida são completamente liberados

Dia 25 de fevereiro de 2005, o governo editou Decreto 5.379/2005, que contingenciou R\$ 15,9 bilhões do orçamento de 2005, com o objetivo de preservar a meta de superávit primário estabelecida para este ano (4,25% do PIB). O valor cortado corresponde a quase todo o orçamento federal da Educação para o ano de 2005. Algumas áreas sociais perderam quase todos os seus recursos, o que levou a uma total descaracterização do orçamento anteriormente votado pelo Poder Legislativo.

Outra medida do governo foi enviar ao Congresso um projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 que traz uma limitação inédita aos gastos sociais. O texto do projeto diz que as chamadas “despesas correntes primárias” não poderão superar 17% do PIB. Interessante observar que os gastos com a dívida não são considerados gastos primários, não possuindo, portanto, limitação alguma.

Observando a tabela abaixo, verificamos que as chamadas despesas primárias superaram os 17% do PIB em 2004 e 2005 (mesmo após os cortes de fevereiro), o que possivelmente levará o governo a reduzir gastos importantes, como o gasto com pessoal, ou com a previdência, que compõem a maior parte dos chamados “gastos primários”.

Enquanto isso, os gastos com a dívida seguem sem limite...



Fonte: Nota Técnica Conjunta nº 01/2005, de 9/03/05, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. “Orçamento de 2005. Programação Financeira (Decreto Nº 5.379/05) Avaliação Preliminar Dos Principais Aspectos Econômico-fiscais”

Áreas como Esporte e Turismo perderam cerca de 80% de seus recursos, enquanto a Cultura perdeu 42%, e a de Transportes 30%, piorando as já péssimas condições das estradas brasileiras (ver gráfico acima).

Até mesmo o Programa Fome Zero perdeu R\$ 1,2 bilhão. Áreas como a Saúde e a Previdência somente não sofreram cortes pois seus gastos são vinculados pela Constituição Federal, ou seja, o governo não possui liberdade para alterá-los por decreto no decorrer do ano.

É preciso lembrar que, para tentar ganhar essa liberdade, o governo incluiu em suas Cartas de Intenção ao FMI o aumento da desvinculação dos recursos do orçamento, o que permitiria ao governo cortar até mesmo os poucos recursos programados para áreas como saúde e educação.

Orçamento Geral da União Despesas Primárias - %do PIB

Discriminação	Realizado em 2004	Programado para 2005 (após os cortes de 25/02/05)
Pessoal e Encargos Sociais	5,09	4,68
Benefícios da Previdência	7,18	7,37
Outras despesas obrigatórias	1,94	2,19
Despesas discricionárias (que o governo pode alterar a destinação)	3,76	3,65
TOTAL	17,98	17,89

Fonte: Ministério do Planejamento